



INSTITUTO
FEDERAL
Paraíba



UAB UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS PATOS**
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

FRANCIONE GOMES SILVA

**DESEMPENHO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO IDEB DOS MUNICÍPIOS DA 8^a
GRE DA PARAÍBA**

**PATOS – PB
2025**

FRANCIONE GOMES SILVA

**DESEMPENHO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO IDEB DOS MUNICÍPIOS DA 8^a
GRE DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Ensino de
Ciências e Matemática do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba –
Campus Patos, como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Ensino de
Ciências e Matemática.

Orientador (a): Profa. Dra. Danielly da Silva
Lucena

**PATOS - PB
2025**

FRANCIONE GOMES SILVA

DESEMPENHO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO IDEB DOS MUNICÍPIOS DA 8^a GRE DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Patos, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências e Matemática.

APROVADO EM: 28 /11 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DANIELLY DA SILVA LUCENA

Data: 01/12/2025 20:22:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Danielly da Silva Lucena - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba

Documento assinado digitalmente



RENATA DRUMMOND MARINHO CRUZ

Data: 03/12/2025 13:45:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Drummond Marinho Cruz - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Documento assinado digitalmente



MARINALVA VALDEVINO DOS SANTOS

Data: 03/12/2025 15:13:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Marinalva Valdevino dos Santos - Examinadora
Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte - SEE/RN

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

S586d Silva, Francione Gomes.

Desempenho escolar: uma análise do IDEB dos municípios da 8a GRE da Paraíba / Francione Gomes Silva. - Patos, 2025
30 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências e Matemática)-Instituto Federal da Paraíba, Campus Patos-PB, 2025.

Orientador(a): Profa. Dra. Danielly da Silva Lucena

1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
2. Educação-Avaliação 3. Educação Básica-Paraíba I.Título II.
Lucena, Danielly da Silva III. Instituto Federal da Paraíba.

CDU -37

Ficha catalográfica elaborada por Lucikelly Oliveira CRB 15/574

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de algumas formas contribuíram para este momento de finalização de mais uma etapa do meu percurso formativo. Mas, em especial, gostaria de agradecer:

À prof. Dra Danielly da Silva Lucena, que mais uma vez topou participar desta etapa, dessa vez, como minha orientadora. Agradeço muito a sua paciência e colaboração, seu incentivo foi um dos principais motivos para a que eu chegasse à conclusão deste trabalho.

Agradeço também, aos meus colegas de especialização, a jornada se tornou muito interessante quando partilhada com vocês. Embora não tenhamos muitos momentos juntos, o companheirismo, o espírito de ajuda e colaboração foram fundamentais nos encontros presenciais.

De todos os colegas, não poderia deixar de agradecer, especialmente, a Ubiracy, que por muitas vezes, foi meu companheiro nas madrugadas na Rodoviária de Patos, aguardando o dia amanhecer para participarmos dos encontros e realizações das avaliações presenciais.

Também não poderia deixar de agradecer a nossa querida coordenadora do curso, Profa Dra Hannah Dora de Garcia e Lacerda, uma pessoa incrível, humana, compreensível e atenciosa. A sua forma de coordenar essa especialização é um dos motivos que me levou a conclusão do curso.

Gostaria ainda de agradecer a todos os demais professores do curso, que ao longo desses quase dois anos de especialização, dedicaram seu tempo para preparar e ministrar as aulas, transmitindo seu conhecimento, são exemplos de dedicação e comprometimento com nossa formação.

Por fim, gostaria de agradecer os membros da banca, as Profas: Dra. Marinalva Valdevino dos Santos e Dra. Renata Drummond Marinho Cruz, por tirarem um tempinho das suas agendas agitadas para ler este trabalho e contribuir para melhorá-lo com suas sugestões.

A todos vocês, os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

As avaliações externas tornaram-se referência para o planejamento, estruturação de metas e comparações nacionais e internacionais da educação brasileira. O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro, com base na combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é investigar as desigualdades nos resultados do Índice de Ideb nas escolas que compõem a 8ª Gerência Regional de Ensino da Paraíba - GRE, a partir dos dados obtidos nas últimas 10 edições. Para isso, será analisado o cenário do Ideb no âmbito da 8ª GRE da Paraíba, bem como os índices obtidos pelos municípios nas três fases da educação básica pelos diferentes sistemas/redes de ensino. A rede pública de ensino da 8ª GRE da Paraíba é composta por 70 escolas da distribuídas em 11 municípios, com predominância das redes municipais sobre a estadual. Os municípios com maior número de escolas e matrículas são também os mais populosos, como São Bento e Catolé do Rocha. O desempenho geral das escolas públicas da região melhorou ao longo dos ciclos avaliados, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, com destaque para municípios como Bom Sucesso, que superaram as metas estaduais em várias edições. No entanto, os anos finais do fundamental e o ensino médio ainda enfrentam dificuldades para atingir as metas, com crescimento mais lento e variações. Esses resultados indicam que, apesar dos avanços, ainda há necessidade de políticas públicas focadas na equidade, acompanhamento individualizado e superação das desigualdades regionais para garantir a melhoria contínua da qualidade da educação na Paraíba.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; Educação Básica; Paraíba.

ABSTRACT

External evaluations have become a reference for planning, setting goals, and making national and international comparisons in Brazilian education. The Basic Education Development Index (Ideb) was created to measure the performance of the Brazilian educational system, based on a combination of students' proficiency in large-scale external assessments (Saeb) and the pass rate. Thus, the objective of this research is to investigate inequalities in the Ideb results of the schools that make up the 8th Regional Education Administration (GRE) of Paraíba, using data from the last 10 editions. To this end, the Ideb scenario within the 8th GRE of Paraíba will be analyzed, as well as the indices obtained by the municipalities in the three stages of basic education across different school systems/networks. The public education network of the 8th GRE of Paraíba consists of 70 schools distributed across 11 municipalities, with a predominance of municipal over state schools. The municipalities with the largest numbers of schools and enrollments are also the most populous, such as São Bento and Catolé do Rocha. The overall performance of public schools in the region has improved over the evaluated cycles, especially in the early years of elementary education, with emphasis on municipalities such as Bom Sucesso, which exceeded state targets in several editions. However, the final years of elementary school and upper secondary education still face difficulties in meeting the targets, with slower growth and fluctuations. These results indicate that, despite progress, there is still a need for public policies focused on equity, individualized support, and reducing regional inequalities to ensure the continuous improvement of education quality in Paraíba.

Keywords: Basic Education; Large-scale assessment; Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha histórica dos principais eventos que marcaram a consolidação da utilização das avaliações em larga escala no Brasil.....	16
Figura 2. Esquematização da metologia utilizada no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).....	17
Figura 3. Mapa dos municípios de compõem a 8 ^a Gerência Regional de Ensino do estado da Paraíba.....	19
Figura 4. Resultados obtidos no Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública pelos municípios que compõem a 8 ^a GRE da Paraíba no período de 2005-2023.....	22
Figura 5. Resultados obtidos no Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública pelos municípios que compõem a 8 ^a GRE da Paraíba no período de 2005-2023.....	23
Figura 6. Resultados obtidos no Ideb no Ensino Médio da rede pública pelos municípios que compõem a 8 ^a GRE da Paraíba no período de 2017-2023.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características demográficas dos municípios que compõem a 7 ^a GRE da Paraíba.....	20
Tabela 2. Quantitativo de escolas por município da 8 ^a GRE da Paraíba.....	21
Tabela 3. Resultados obtidos no Ideb pelos municípios da 8 ^a GRE da Paraíba conforme a etapa da educação básica e a rede de ensino. Destacado em cinza a edição em que a meta não foi atingida.....	26

LISTA DE SIGLAS

8 ^a GRE	- 8 ^a Gerencia Regional de Ensino
Anresc	- Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BM	- Banco Mundial
Encceja	- Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Enem	- Exame Nacional do Ensino Médio
Fundescola	- Fundo de Fortalecimento da Escola
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Inep	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação (MEC)
OCDE	- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Escola
Pisa	- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
Saeb	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saep	- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público
SEE PB	- Secretaria de Educação do Estado da Paraíba
TRI	- Teoria de Resposta ao Item
Unesco	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL.....	11
2.2	BREVE HISTÓRICO SOBRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL.....	13
2.3	O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Ideb).....	16
3	MÉTODOS.....	19
3.1	ÁREA DE ESTUDO.....	19
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a qualidade do ensino tornou-se central na sociedade brasileira, nas décadas finais do século XX, transformando-se em objeto de regulação federal (Coelho, 2008). Para viabilizar essa regulação, foi necessário implementar um sistema estruturado de informações educacionais articulado a um sistema nacional de avaliação, capaz de diagnosticar, monitorar e subsidiar políticas públicas voltadas à melhoria do ensino básico (Freitas, 2004).

As políticas de avaliação externa constituíram um dos elementos centrais das reformas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos 1990 (Werle, 2011; Mello; Bertagna, 2020). Elas marcaram uma transformação significativa nos processos de gestão e no monitoramento da educação básica, consolidando-se como componente indispensável para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de ensino no país (Brito; Conceição, 2024).

Essas políticas introduziram exames padronizados, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Prova Brasil, e posteriormente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, permitindo ao governo medir o desempenho dos estudantes e das escolas de forma sistemática, comparável e periódica (Coelho, 2008; Werle, 2011). Isso possibilitou diagnósticos precisos, definição de metas, acompanhamento do cumprimento de objetivos, controle da qualidade e resultados de aprendizagem dos estudantes, maior transparência nos resultados e desenvolvimento de estratégias de intervenção e aprimoramento educacional (Mello; Bertagna, 2020; Brito; Conceição, 2024).

Com isso, as avaliações externas tornaram-se referência para o planejamento, estruturação de metas e comparações nacionais e internacionais da educação brasileira. Dessa forma, as avaliações externas formaram a base de uma nova lógica de políticas públicas educacionais nos últimos 30 anos, com impactos sobre a gestão, cultura escolar, formação docente e prestação de contas à sociedade (Coelho, 2008; Werle, 2011; Brito; Conceição, 2024).

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), considerado uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar o desempenho escolar e orientar políticas públicas na educação brasileira, é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro, com base na combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação (Inep, 2007).

Nesse cenário, o desempenho dos alunos passou a ser o principal foco das discussões, tornando-se objetivo das ações escolares e validando o uso de avaliações externas para aferir a efetividade de escolas e professores diante das metas traçadas (Machado; Araújo, 2022). Com

o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, difundindo e valorizando a cultura do aprendizado, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores dois resultados muito importantes do processo educacional (Inep, 2007).

Por isso, compreender e analisar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade educacional torna-se essencial para a construção e o aperfeiçoamento de qualquer sistema de ensino (Sá Filho *et al.*, 2023). Assim, ao observar a evolução do Ideb, é possível compreender por que algumas escolas, estados e regiões se destacam ao atingirem as metas estabelecidas. É importante ressaltar que essas avaliações devem fundamentar decisões baseadas nos resultados alcançados. Especialmente, em um país como o Brasil, marcado por desigualdades que influenciam o sistema educativo, sobretudo o nordestino (Souza; Ramos, 2018).

Diante disso, o presente estudo busca compreender a atual situação da 8^a Gerência Regional de Ensino (8^a GRE), pertencente à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE-PB), no que se refere à qualidade do ensino ofertado na educação básica. Para isso, utiliza como subsídio os resultados dos indicadores de desempenho e aprendizagem apresentados nas últimas dez edições do Ideb. O objetivo da pesquisa é investigar as diferenças nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas que compõem a 8^a GRE, a partir dos dados obtidos ao longo desse período. Pois, analisar o desempenho escolar a partir dos resultados do Ideb torna-se fundamental para compreender em que medida as metas de qualidade estão sendo atingidas e quais fatores podem estar associados às diferenças observadas entre as escolas.

Para isso, o presente estudo está estruturado em três etapas. A primeira faz uma breve contextualização do processo de implementação dos Sistemas de avaliação em larga escala no Brasil, culminando na consolidação do Ideb como índice avaliativo para aferição da qualidade da educação no país. A segunda etapa descreve o método adotado na pesquisa. Por fim, a terceira, apresenta e analisa o cenário do Ideb no âmbito da 8^a GRE da Paraíba, bem como os índices obtidos nas três fases da educação básica pelos diferentes sistemas/redes de ensino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL

A Constituição Federal do Brasil garante o acesso à educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho (Brasil, 1988). Assegurando não apenas o acesso, mas também a qualidade da educação como um direito fundamental de todos. Em seu artigo 206,

inciso VII, estabelece de forma explícita o “padrão de qualidade” (Brasil, 1988, p. 115), como princípio básico do ensino, determinando que o Estado deve zelar para que a educação oferecida atenda critérios mínimos de excelência.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96, trata da qualidade da educação como um de seus princípios centrais, exigindo que todo ensino, em qualquer rede e etapa, observe padrões mínimos de qualidade (Brasil, 1996). Em seu artigo 3º, a LDB determina que o ensino seja ministrado com base na “garantia de padrão de qualidade” e “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996, p. 9).

Enquanto seu artigo 4º reforça que o dever do Estado com a educação pública só será efetivado com a garantia de padrão de qualidade, sendo a qualidade, portanto, um direito fundamental de cada estudante (Brasil, 1996). A LDB, define os padrões mínimos de qualidade, em seu inciso IX, como:

[...] a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Brasil, 1996, p. 10).

Essas especificações dos padrões mínimos de qualidade de ensino implicam em variedade e quantidade adequadas, por aluno, de insumos indispensáveis como materiais didáticos, infraestrutura, equipamentos e condições que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Para garantir isso, a LDB também determina que avaliações nacionais e acompanhamento do rendimento escolar sejam instrumentos para monitorar e aprimorar continuamente essa qualidade (Brasil, 1996; Lalli *et al.*, 2023).

No Artigo 9º, inciso IX da LDB, ratifica que a União deve:

[...] assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (Brasil, 1996, p. 10).

Dessa forma, a LDB prevê processos nacionais de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, realizados em colaboração com os sistemas de ensino, com o objetivo de subsidiar definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (Lalli *et al.*, 2023). E, o poder público deve coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação e utilizar os resultados das avaliações para orientar políticas públicas (Brasil, 1996).

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL

O movimento de avaliações em larga escala surgiu no Brasil no final dos anos 1980 e início dos 1990, em um contexto de redemocratização e fortalecimento das políticas públicas de educação (Brito; Conceição, 2024). Se estabelecendo a partir de mudanças que vislumbravam as políticas públicas de educação como uma necessidade política e em uma época em que os sistemas de ensino possuíam demandas por uma efetiva democratização do acesso ao ensino básico (Gomes, 2024).

Assim, a institucionalização das avaliações no Brasil se inicia no final da década de 1980, quando o Ministério da Educação (MEC) realiza os primeiros esboços de pesquisa e projetos de planejamento educacional, que serviriam de base para a implementação, na década seguinte, de um sistema de avaliação externa da escola (Coelho, 2008).

O primeiro marco na história da avaliação em larga escala na Educação Básica brasileira acontece em 1988, quando o MEC faz uma aplicação piloto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (Saep) de 1º grau, nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, pois as experiências desse ensaio, após algumas reformulações importantes, vigoram até os dias atuais (Werle, 2011).

O Saep tinha como objetivo avaliar, de forma amostral, o desempenho dos alunos do ensino fundamental nas escolas públicas do Brasil, sendo uma iniciativa pioneira para levantar dados sobre a qualidade do ensino e subsidiar políticas públicas educacionais (Coelho, 2008). Segundo Werle (2011), o primeiro ciclo Saep teve início em 1990, sendo desenvolvido pelos estados e municípios, conforme princípio de descentralização operacional e organizacional.

Em 1993, ocorre o segundo ciclo do Saep, que manteve a perspectiva participativa do ciclo anterior, pois foram convocados especialistas de diversas áreas e segmentos (gestão escolar, currículo e docência de Universidades, por exemplo) para analisar o sistema de avaliação, buscando a legitimidade e reconhecimento social (Werle, 2011). Segundo Coelho (2008, p. 236), essa “segunda aplicação do Saeb em 1993 foi estruturada em três eixos de estudo: (1) rendimento do aluno; (2) perfil e prática docentes; (3) perfil dos diretores e formas de gestão escolar”.

Assim, o Saep, essa avaliação tida como piloto foi utilizada para criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb (Gomes, 2024). Sistema que teve sua consolidação formal no ano de 1994, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (Werle, 2011; Brito; Conceição, 2024). Com a Portaria no 1.795 de 27 de dezembro de 1994, que além de criar o Saeb, propunha

uma estrutura que refletia o arranjo institucional já presente nos dois primeiros ciclos avaliativos (Lemos; Soligo, 2021).

Em 1995, o Saeb passa por uma reformulação e adota a Teoria de Resposta ao Item (TRI) na elaboração dos testes e para a análise de resultados (Mello; Bertagna, 2020), o que possibilitou a comparação dos resultados das avaliações ao longo do tempo (Gomes, 2024; Inep, 2025a). Segundo Mello e Bertagna (2020, p. 7), “essa mudança na metodologia para o TRI leva à elaboração (não simples) da questão para compreender cada avanço do desempenho dos alunos buscando novas formas de avaliá-los”.

O sistema de avaliação brasileiro toma uma nova versão diante dos empréstimos do Banco Mundial (BM) e pela terceirização das operações técnicas, com a centralização de decisões na mão da União e, consequentemente, uma limitação na participação dos Estados (Werle, 2011; Brito; Conceição, 2024). Para Lemos e Soligo (2021, p. 762), essas reformulações restringiram “as funções das administrações locais que tiveram sua ação limitada a mero apoio logístico na aplicação das provas”.

Após essas modificações, o Saeb passa então a ocorrer a cada dois anos, focando em dois eixos básicos: leitura e solução de problemas, correspondendo aos componentes curriculares de Português e Matemática, respectivamente (Werle, 2011). Segundo, Mello e Bertagna (2020, p. 7), as principais reformulações no Saeb envolveram: a mudança do público-alvo: “para as séries que correspondiam ao final de etapas de escolarização com testes aplicados em estudantes matriculados nas 4^a e 8^a séries do ensino fundamental (que correspondem ao 5^º e 9^º anos atualmente)” e a incorporação do “ensino médio na amostra”.

Cabe ainda ressaltar que o Saeb, “manteve a aplicação de questionários contextuais, destinados aos alunos e às suas famílias, aos professores, diretores de escolas e, também, aos aplicadores da avaliação, externos à comunidade escolar, para computar informações de condições da escola” (Mello; Bertagna 2020, p. 7). E, sua aplicação também envolvia estudantes de zonas urbanas e rurais, oferecendo informações passíveis de serem tratadas por localização rural ou urbana, por dependência administrativa, por unidade da federação, por região e na totalidade do país (Werle, 2011).

Para, Coelho (2008, p. 236-238), foi também nesse período que:

[...] ocorreu a reestruturação e modernização do sistema de estatísticas e indicadores educacionais e a ampliação dos meios operacionais de centralização da avaliação educacional com a inclusão de exames nacionais: o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja. A ação avaliativa também se estendeu aos programas governamentais como: o

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e o Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola, neste especialmente com o projeto Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

Além disso, a aprovação da LDB de 1996 (Lei no 9.394/96), cria a base legal para um “processo nacional de avaliação do rendimento escolar”, dentro do qual o Saeb é institucionalizado e passa a funcionar como o principal método avaliativo nacional unificado da educação básica (Brasil, 1996; Araujo *et al.*, 2019). Possibilitando comparações e permitindo melhores definições das prioridades e das formulações de políticas educacionais (Brasil, 1996).

Entre os anos de 1997 e 1998, o Brasil começa a participar de projetos internacionais de avaliação externa em larga escala coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (Brito; Conceição, 2024; Gomes, 2024). A partir dos anos 2000, o Brasil passa a integrar o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – do inglês: *Programme International Student Assessment*) realizada a cada três anos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Werle, 2011; Gomes, 2024).

O Pisa avalia jovens de 15 anos, no final da escolaridade obrigatória, focando em temas relevantes para o futuro, verificando como esses jovens operam com os conhecimentos e aprendizagens, corresponde às áreas da leitura, matemática e ciências (Werle, 2011). Dessa forma, segundo Gomes (2024, p. 25) “o programa oferece uma perspectiva comparativa global, permitindo ao país identificar suas dificuldades para melhoria das políticas públicas educacionais, assim, outras políticas e modelos de avaliações são criados e desenvolvidos”.

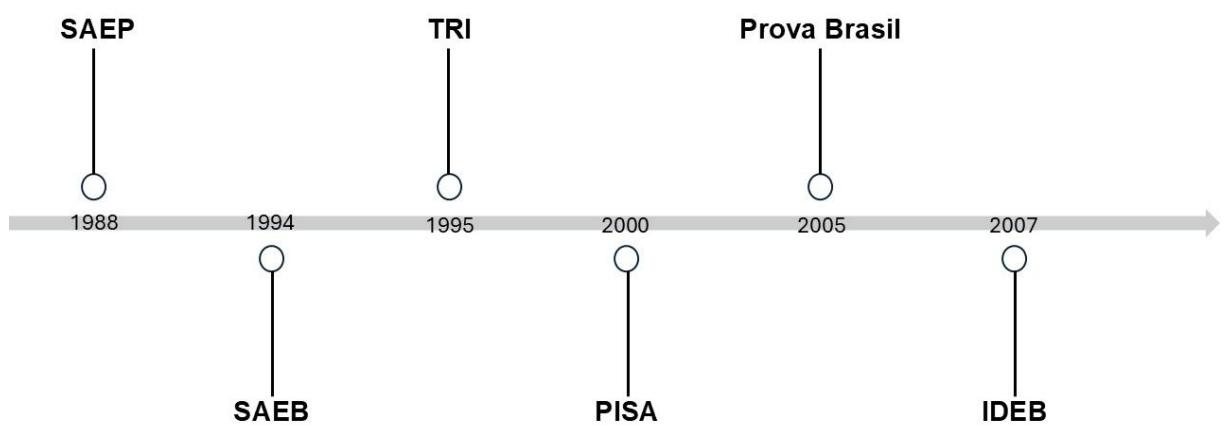
No ano de 2005 foi criada também a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, que ampliou o Saeb (Werle, 2011). Essa avaliação é aplicada a cada dois anos para as turmas da 4^a e 8^a séries do ensino fundamental (atualmente, 5^º e 9^º ano do ensino fundamental), avaliando o conhecimento nas disciplinas de matemática e língua portuguesa (Araújo *et al.*, 2019).

A Prova Brasil foi pensada com o objetivo de avaliar a qualidade das escolas, provocando comparações entre escolas e municípios numa proposta de foco e controle (Brito; Conceição, 2024). E, por isso, os documentos subsequentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep defendem o resultado por unidade escolar e rede de ensino, enfatizando a importância desses resultados para ações de desenvolvimento da escola (Mello; Bertagna, 2020).

Uma outra ação marcante na política de avaliação do ensino foi a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para atribuir um sentido mais operacional às

avaliações que vinham sendo realizadas nos diferentes níveis escolares (Werle, 2011). Assim, com a criação do Ideb, o sistema de avaliação em larga escala passa a influenciar as políticas educacionais de forma direta e gera maior impacto no cotidiano das escolas, tanto em termos de gestão, quanto de práticas pedagógicas (Lemos; Soligo, 2021). A Figura 1 sintetiza os principais marcos históricos que marcaram a institucionalização das avaliações em larga escala no Brasil.

Figura 1. Linha histórica dos principais eventos que marcaram a consolidação da utilização das avaliações em larga escala no Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Ideb)

Como comentado anteriormente, a criação do Ideb foi um marco para o sistema de avaliação da educação brasileira, pois foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, já que além de ser um indicador para o acompanhamento da qualidade na educação, possibilita a criação de métodos e estratégias que promovam melhorias de maneira constante da educação nacional (Sá Filho *et al.*, 2023).

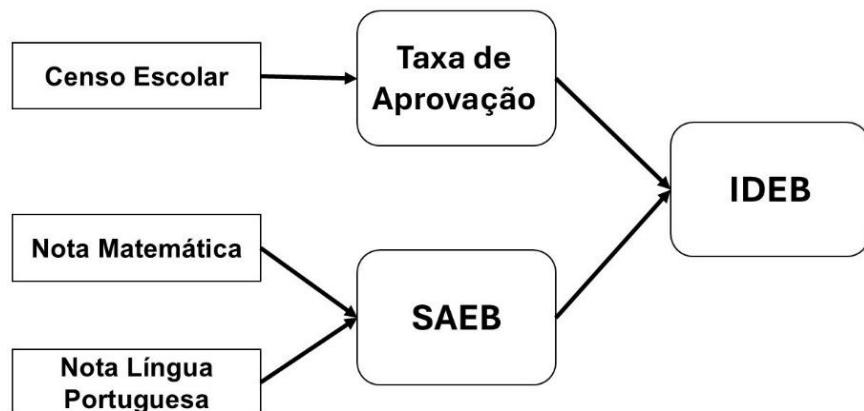
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb foi criado, em 2007, para fortalecer aspectos hegemônicos na sociedade, idealizados a partir das bases e alinhado ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) (Lalli *et al.*, 2023). O Ideb foi concebido pelo Inep para acompanhar, de forma sintética e clara, a qualidade da educação básica no Brasil, equilibrando desempenho em avaliações e fluxo escolar (aprovação/retenção) (Brito; Conceição, 2024). Com isso, esse novo formato de índice também pode ser calculado retroativamente com os dados de 2005 (Inep, 2025a).

Werle (2011), defende que o Ideb, não apenas serve para situar o nível alcançado pela escola e pela sua respectiva rede de ensino, mas também possibilita o exercício de avaliação das metas a serem alcançadas em direção à melhoria da qualidade de ensino, tendo como ponto de partida um nível considerado mínimo a ser atingido. Assim, o Ideb nos permite fazer um diagnóstico da situação das redes de ensino e das escolas no Brasil e com base em seus resultados, é possível elaborar uma narrativa sobre a evolução da qualidade da educação brasileira nos últimos anos (Araújo *et al.*, 2019).

No site do Inep, o Ideb é tido como um indicador, que reúne em um só índice, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (Inep, 2025a). O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme esquematizado na Figura 1.

O esquema apresentado na Figura 2 simplifica o cálculo realizado para obtenção do Ideb. Segundo Coelho (2008) e Warle (2011), o Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio), com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

Figura 2. Esquematização da metologia utilizada no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Valões *et al.* (2020).

A Nota técnica divulgada, sobre Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, no site do Inep (Inep, 2007), explica que:

A forma geral do Ideb é dada por (1): $IDEBJ_i = N_{ji} P_{ji}; 0 \leq N_{ji} \leq 10; 0 \leq P_{ji} \leq 1$ e $0 \leq IDEBJ_i \leq 10$ (1), em que, i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

Em (1), a média de proficiência padronizada dos estudantes da unidade j , N_{ji} , é obtida a partir das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes submetidos a determinada edição do exame realizado ao final da etapa educacional considerada (Prova Brasil ou Saeb). (INEP 2007, p. 2).

Assim, em termos de resultados, o Ideb foi criado para ser um instrumento de acompanhamento da qualidade da educação, composto de metas para ser um condutor das políticas públicas educacionais (Gomes, 2024). Levando em consideração em seu cálculo de pontuação, o desempenho na Prova Brasil e as taxas de aprovação escolar, por meio da multiplicação entre a nota média padronizada e a taxa de aprovação, expressa na fórmula: $IDEBJ_i = N_{ji} P_{ji}$ (Araújo *et al.*, 2019).

Com a metodologia empregada no cálculo não é possível comparar o Ideb ao Saeb, pois o Ideb combina duas variáveis em um único índice, o que significa que o aumento na nota pode indicar que a repetência diminuiu, bem como que o desempenho escolar melhorou (Durham, 2010).

Nesse sentido, o Ideb acabou se tornando um dos indicadores centrais para aferir e definir a qualidade da educação, além de orientar ações e políticas públicas na educação, pois o índice vem sendo utilizado na elaboração de rankings de escolas e unidades federativas fornecendo subsídios para gestores educacionais na tomada de decisões (Gomes, 2024). Nesse contexto, é importante compreender como escolas e municípios se posicionam diante o cenário educacional e das metas estabelecidas.

Para que as unidades da federação possam atingir tais metas, é necessário que a divulgação do Ideb ocorra em cada um dos níveis (municípios, estados e união) que mantêm escolas da educação básica. Dessa forma, foram criados três grandes blocos para o cálculo e a divulgação do índice: Ensino Fundamental (séries iniciais), Ensino Fundamental (séries finais) e Ensino Médio, que também é calculado e divulgado por unidade de agregação (Brasil, região, estado e município) (Valões *et al.*, 2020).

Com base nesses dados oficiais, este trabalho examina o panorama do Ideb na 8ª GRE da Paraíba de forma descritiva, bem como os índices obtidos pelos municípios que compõem a

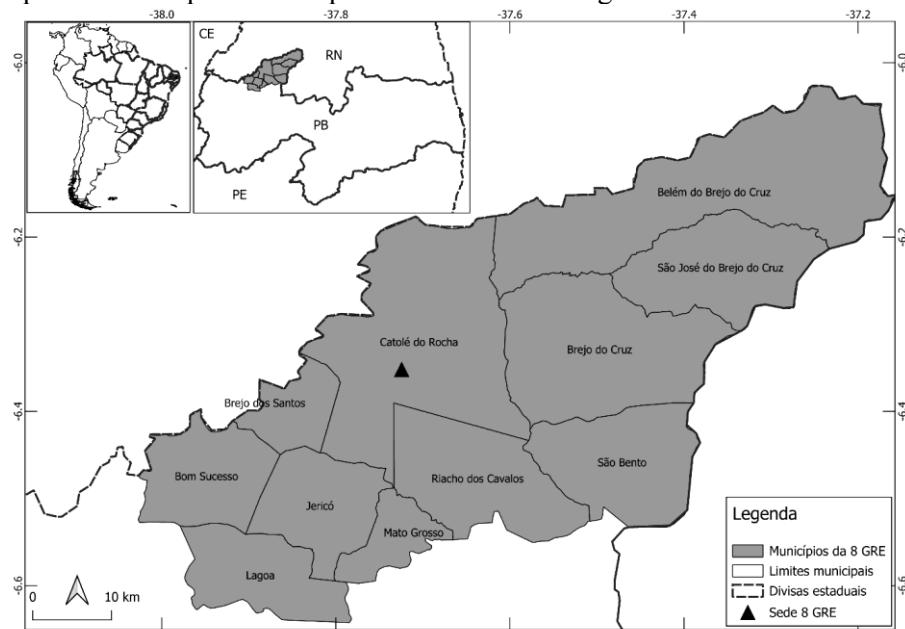
região nas três etapas da educação básica e nos seus diferentes sistemas de ensino da Educação Básica.

3 MÉTODOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo compreende a 8^a Gerência Regional de Ensino do Estado da Paraíba (8^a GRE), composta pelos municípios de Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos, São Bento e São Jose do Brejo do Cruz, com sede na cidade de Catolé do Rocha (Figura 3) (SEE PB, 2024). Esses municípios estão inseridos na microrregião de Catolé do Rocha, mesorregião do Sertão paraibano (IBGE, 2025).

Figura 3. Mapa dos municípios de compõem a 8^a Gerência Regional de Ensino do estado da Paraíba.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A microrregião de Catolé do Rocha abrange uma área territorial de mais de 3035 mil Km², onde residem cerca de 117.846 habitantes (IBGE, 2025). Está inserida na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, o clima da microrregião é o semiárido (Bsh - na classificação de Köppen) e sua vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia (CPRM, 2005). Os municípios dessa região possuem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio de 0,590 e um PIB per capita

médio de R\$12.109,29 (IBGE, 2025). Os Dados demográficos desses municípios estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Características demográficas dos municípios que compõem a 8^a GRE da Paraíba

Cidade	Área Territorial	População (habitantes)	PIB (per capita)	IDHM
Belém do Brejo do Cruz	601,549 km ²	6.268	10.679,30	0,578
Bom Sucesso	186,059 km ²	4.661	11.041,70	0,592
Brejo do Cruz	401,315 km ²	13.613	10.299,88	0,597
Brejo dos Santos	93,857 km ²	5.742	9.926,14	0,619
Catolé do Rocha	551,765 km ²	30.661	16.405,68	0,640
Jericó	177,356 km ²	7.516	9.844,33	0,603
Lagoa	176,649 km ²	4.415	11.041,33	0,563
Mato Grosso	85,275 km ²	2.543	10.801,82	0,565
Riacho dos Cavalos	262,532 km ²	8.493	10.822,34	0,568
São Bento	245,840 km ²	32.235	16.364,14	0,580
São José do Brejo do Cruz	253,787 km ²	1.699	15.975,52	0,581

Fonte: IBGE (2025), dados compilados pelos autores.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Pare este estudo foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, assumindo uma abordagem de natureza quanti-qualitativa no tratamento dos dados coletados. Além da pesquisa documental nas notas técnicas divulgadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em seu site oficial na internet, sendo consultado os seguintes documentos:

1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Inep, 2007);
2. Nota informativa do Ideb 2021 (Inep, 2021);
3. Nota informativa do Ideb 2023 (Inep, 2023);

Utilizando como metodologia de coleta de dados as bases oficiais disponibilizadas no site do Inep (Inep, 2025b) e os resultados do Ideb por município, nas suas últimas 10 edições para o Ensino Fundamental e das últimas quatro edições para o Ensino Médio. Dessa forma, os dados coletados, são relativos aos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e ao 3º ano do Ensino Médio, das escolas das redes estadual e municipal dos municípios da 8^a GRE da Paraíba.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A 8^a Gerencia Regional de Ensino do Estado da Paraíba é compostas por 70 escolas públicas distribuídas entre os 11 municípios que fazem parte da GRE, dentre as quais, 48 delas pertencem as redes municipais de ensino e 22 a rede estadual de ensino. O município com maior número de escolas é São Bento, seguido por Catolé do Rocha e Brejo do Cruz com 15, 11 e oito escolas, respectivamente (Inep, 2025). Os demais municípios da 8^a GRE possuem um número de escolas igual ou menor que seis (ver Tabela 2).

Tabela 2. Quantitativo de escolas por município da 8^a GRE da Paraíba

Cidade	Total de Escolas	Rede Municipal	Rede Estadual
Belém do Brejo do Cruz	6	4	2
Bom Sucesso	6	4	2
Brejo do Cruz	8	6	2
Brejo dos Santos	4	3	1
Catolé do Rocha	11	6	5
Jericó	6	5	1
Lagoa	4	2	2
Mato Grosso	3	2	1
Riacho dos Cavalos	5	4	1
São Bento	15	11	4
São José do Brejo do Cruz	2	1	1
Total	70	48	22

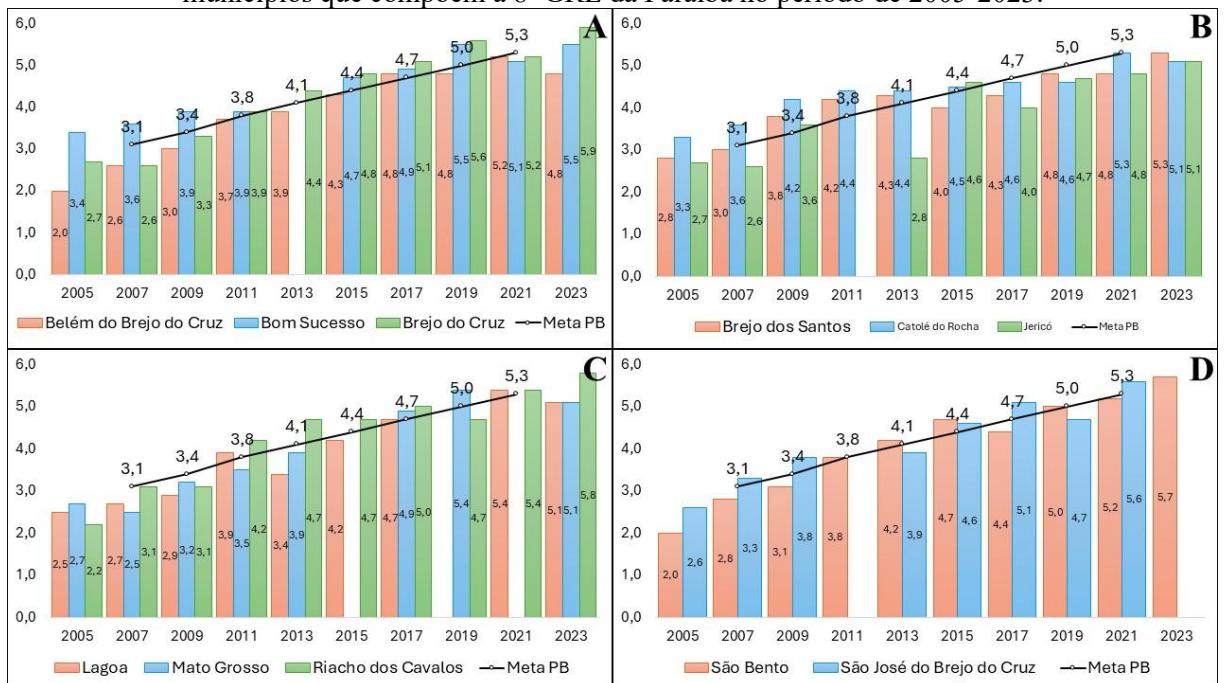
Fonte: Inep (2025), dados compilados pelos autores.

As cidades com o maior número de escolas na 8^a GRE, são também as maiores em número de habitantes da microrregião (ver Tabela 1), como São Bento e Catolé do Rocha que registraram mais de 30.000 habitantes, enquanto Brejo do Cruz registrou mais de 13.000 habitantes no último censo demográfico (IBGE, 2025). São Bento é o município com maior número de matrículas no Ensino Fundamental (4.488 alunos) e Catolé do Rocha, no Ensino Médio (1.530 alunos). No ano de 2024, o número de alunos matriculados em São Bento chegou à 5.697 e em Catolé do Rocha à 5.467 (IBGE, 2025).

Quanto aos resultados obtidos no Ideb, considerando a rede pública de ensino (escolas públicas urbanas) e que são ilustrados nas Figuras 4, 5 e 6, de forma geral, houve um crescimento nas notas ao longo das edições, em todos as etapas da Educação Básica. O município de Bom Sucesso foi o único que superou a meta estadual para os anos iniciais do ensino fundamental (Figura 4A) na maior parte das edições do Ideb, com exceção do ano de

2021, primeiro ano de aplicação do índice pós pandemia de Covid-19. Na edição de 2023, o município voltou a apresentar crescimento de sua nota, alcançando o valor obtido no Ideb do ano de 2019.

Figura 4. Resultados obtidos no Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública pelos municípios que compõem a 8ª GRE da Paraíba no período de 2005-2023.



Fonte: Inep (2025), dados compilados pelos autores.

Segundo a nota técnica (Inep, 2021), a interpretação do Ideb 2021, ficou dissociada da série histórica do rendimento, o que pode ser entendido ao considerar as mudanças sociais, psicológicas e econômicas derivadas da pandemia de Covid-19. E, a situação adversa ocasionada pela pandemia de Covid-19 gerou um impacto significativo para a aderência à trajetória de metas, estabelecida há 14 anos para o Ideb (Inep, 2021).

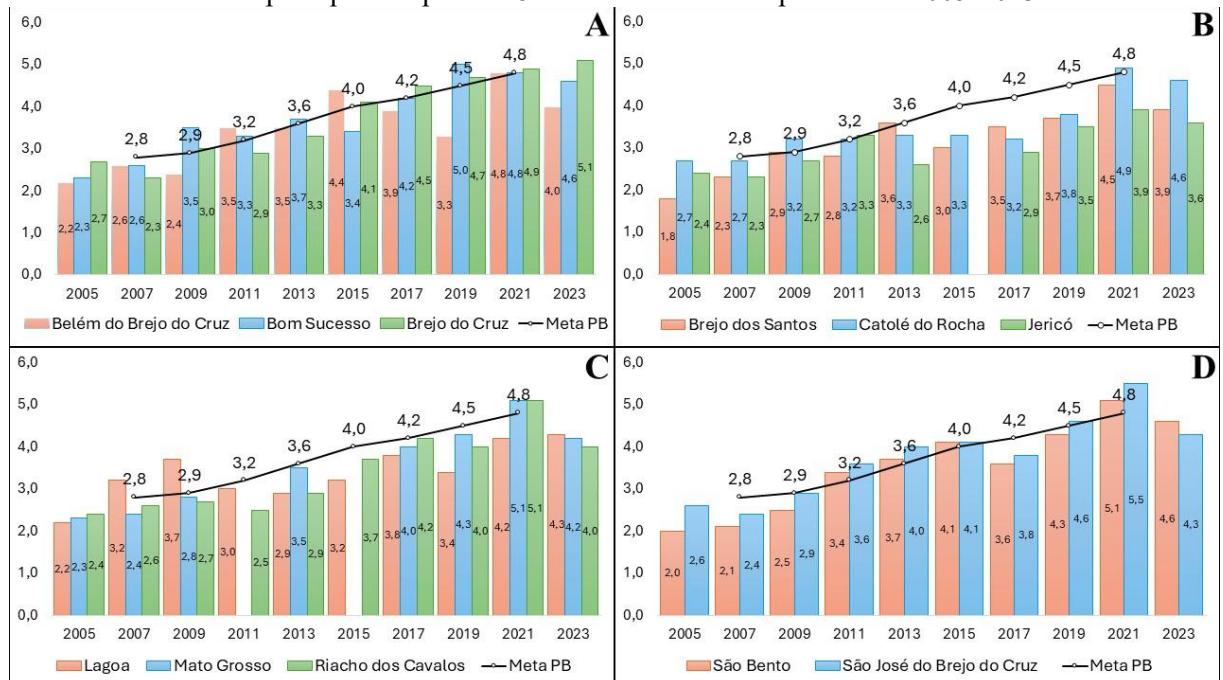
De maneira semelhante, Belém do Brejo do Cruz e Brejo do Cruz (Figura 3A), apresentaram uma redução do índice do ano de 2021 nos Anos Iniciais da Educação Básica. Por outro lado, Catolé do Rocha (Figura 4B), Lagoa, Riacho dos Cavalos (Figura 4C), São Bento e São José do Brejo do Cruz (Figura 4D) mantiveram o crescimento na nota do Ideb na edição de 2021, considerando a rede pública de ensino.

Dessa forma, cabe ressaltar, que as comparações as com edições anteriores do Ideb com o ano de 2021, deve levar em consideração os impactos que a pandemia de Covid-19 na vida escolar do aluno. Como ressalta a nota técnica divulgada pelo Inep (2021):

Eventuais comparações precisam ser realizadas com cautela, sempre observando o cenário da pandemia, que teve impacto heterogêneo no território nacional em decorrência das desigualdades socioeconômicas de alunos e de infraestrutura das escolas, as quais, por sua vez, impactaram a capacidade de implementação de estratégias para enfrentamento da pandemia nas atividades escolares (Inep, 2021, p. 4).

Em relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental, embora o Ideb dos municípios tenha crescido ao longo das edições, observou-se uma maior dificuldade para alcançarem ou superarem a Meta da Paraíba para esta etapa (Figura 5). Belém do Brejo do Cruz, Brejo do Cruz (Figura 5A) e Mato Grosso (Figura 5C) mantiveram o crescimento ao longo das edições. Enquanto, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha e Jericó (Figura 5B) apresentaram uma queda no Ideb nos anos de 2015, 2017 e 2019; Riacho dos Cavalos e Lagoa (Figura 5C) registraram reduções nas edições de 2011 e 2013; e, São Bento e São José do Brejo do Cruz apresentaram queda no ano de 2017 (Figura 5D).

Figura 5. Resultados obtidos no Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública pelos municípios que compõem a 8^a GRE da Paraíba no período de 2005-2023.



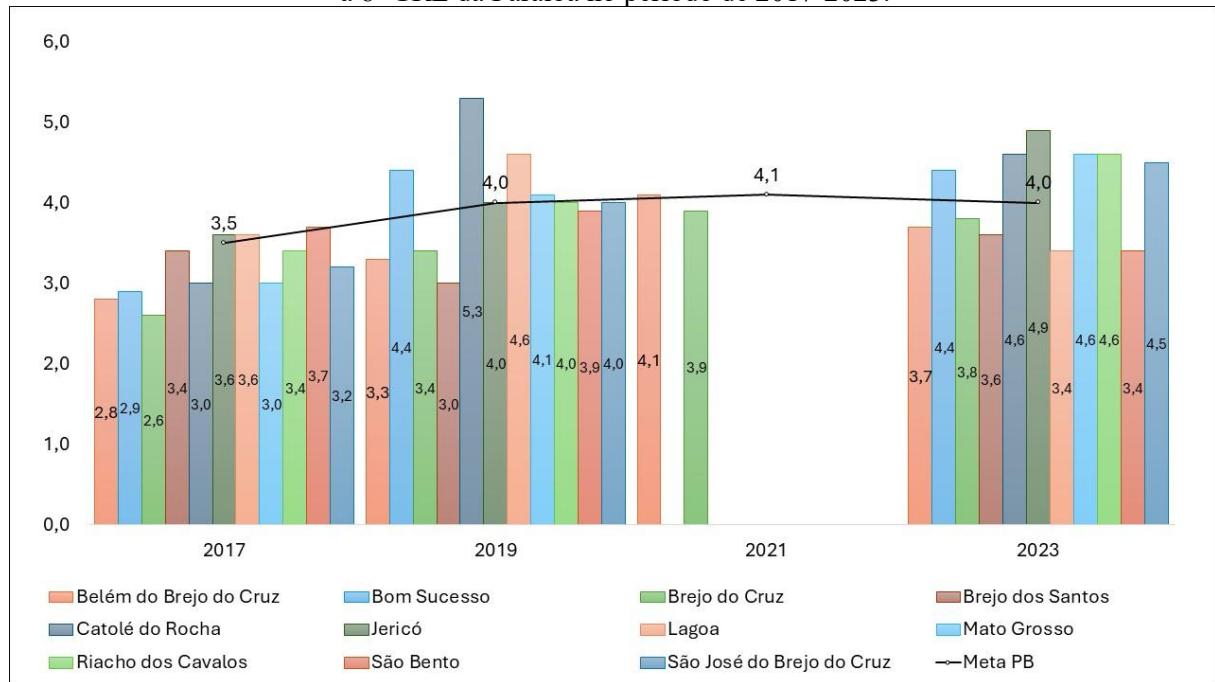
Fonte: Inep (2025), dados compilados pelos autores.

Para Garcia *et al.* (2016), a falta de continuidade dos resultados dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nos Anos Finais é atribuída às características particulares de cada etapa, como o número de professores, o tipo de tratamento dado ao jovem, os métodos de ensino utilizados, a cultura escolar. Assim, segundo esses autores, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, tem-se uma forte a valorização dos conteúdos, o aumento no número de

professores, o que fragmenta a ação pedagógica, o efeito da passagem do aluno do quinto para o sexto ano, que se depara com uma nova organização de horário, de professores e das disciplinas, são fatores que podem influenciar nos resultados (Garcia *et al.*, 2016).

Os resultados do Ideb para o Ensino Médio foram divulgados no site do Inep (2025) a partir do ano de 2017. Apenas o município de Jericó (Figura 6) atingiu as metas estabelecidas pela Paraíba para essa etapa da Educação Básica em todas as edições, com exceção do ano de 2021, em que o Ideb não foi divulgado. Segundo a nota técnica do Inep (Inep, 2021), 10.836 escolas de ensino médio não tiveram o Ideb 2021 divulgado em razão do critério J do item 3 (taxa de participação inferior a 80%) ou por não atingirem os critérios mínimos de participação no Saeb. Apenas Belém do Brejo do Cruz e Brejo do Cruz tiveram seus resultados do Ideb no ano de 2021 publicados, sendo que somente o primeiro atingiu a meta estabelecida.

Figura 6. Resultados obtidos no Ideb no Ensino Médio da rede pública pelos municípios que compõem a 8^a GRE da Paraíba no período de 2017-2023.



Fonte: Inep (2025), dados compilados pelos autores.

Ainda na edição de 2017 do Ideb, Lagoa e São Bento alcançaram a meta do estado da Paraíba. Em 2019, Bom Sucesso, Catolé do Rocha, Lagoa, Mato Grosso Riacho dos Cavalos alcançaram ou superaram a meta. E, na edição de 2023, os municípios que atingiram a meta foram Bom Sucesso, Catolé do Rocha, Jericó, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos e São José do Brejo do Cruz.

Assim, ao observar os resultados apresentados, tanto em relação a evolução do Ideb, quanto em relação as metas propostas para o estado, como a diferença entre a nota de 2005 e a obtida no Ideb em 2021 (último ano do primeiro Ciclo do Ideb), muitas dessas metas foram atingidas ou superadas pelas cidades, e embora, ocorra uma redução do índice em alguns casos, há um crescimento na edição seguinte, um sinal da evolução gradual desse indicador na região.

Com isso, verifica-se que no âmbito da 8^a GRE quando comparado nota de 2005 e a de 2021, as metas propostas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foram atingidas por quatro municípios (Catolé do Rocha, Lagoa, Riacho dos Cavalos e São José do Brejo do Cruz), nos Anos Finais do Ensino Fundamental por oito cidades (Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Mato Grosso, Riacho do Cavalos, São Bento e São José do Brejo do Cruz) e no Ensino Médio por seis municípios (Bom Sucesso, Catolé do Rocha, Jericó, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos e São José do Brejo do Cruz).

Em relação a essa realidade, Sá Filho *et al.* (2023), destacam dois aspectos importantes: o primeiro deles é que há um grande desafio para que se alcance os resultados pretendidos quando se criou o Ideb e o segundo, que é necessário realizar estudos para identificar quais estratégias tem sido utilizada pelos estados exitosos no Ideb para garantir o alcance das metas.

Silva *et al.* (2022), em um estudo sobre quais fatores influenciam a educação paraibana, listaram alguns indicadores que se relacionam fortemente com a qualidade da educação na Paraíba, como a média de horas de aula, o acompanhamento educacional dos docentes e estudantes e, a complexidade de gestão das escolas, que apresentaram efeito positivo, diferente da taxa de distorção idade-série, que apresentou efeito negativo.

Outra forma de apresentar os resultados do Ideb é por rede de ensino, a Tabela 3 sintetiza as notas obtidas pelos municípios da 8^a GRE, nas redes municipais e estaduais. Como observado na tabela 3, os índices do Ideb, na região, têm aumentado de forma contínua e gradual, demonstrando avanços significativos na educação da 8^a GRE, conforme observado nos índices da rede pública descritos acima para essa região. Quando comparado o Ideb por rede de ensino, observou-se que as redes municipais apresentaram maior dificuldade para atingir a meta. Embora a rede estadual também não tenha atingido a meta em algumas das edições, principalmente, nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Bom Sucesso e Catolé do Rocha foram os municípios que não alcançaram a meta do Ideb em um maior número de edições: 11 e dez vezes, respectivamente. Em Bom Sucesso, a rede municipal não atingiu a meta em cinco edições do Ideb em Ambas as etapas do Ensino Fundamental, enquanto a rede estadual não alcançou a meta para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2011. Da mesma forma, em Catolé do Rocha a rede municipal não

atingiu a meta em sete edições (três nos Anos Iniciais e quatro nos Anos Finais), a rede estadual não alcançou o índice proposto para os Anos Iniciais em 2015 e para os Anos Finais do Ensino fundamental em 2011 e 2017. No Ensino Médio, apenas Brejo dos Santos não atingiu a meta no ano de 2019.

Tabela 3. Resultados obtidos no Ideb pelos municípios da 8^a GRE da Paraíba conforme a etapa da educação básica e a rede de ensino. Destacado em cinza a edição em que a meta não foi atingida.

Município	Etapa Ed. Básica	Rede de Ensino	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023			
			Resultado	Meta																				
Belém do Brejo do Cruz	Anos Iniciais	Municipal	1,9	-	2,3	2,1	3,0	2,6	3,7	3,0	4,2	3,3	4,3	3,6	4,8	3,9	4,8	4,2	5,2	4,5	4,8	-		
		Estadual	-	-	2,9	-	-	3,1	3,9	3,5	3,6	3,8	-	4,0	-	4,3	-	4,6	-	4,9	-	-		
	Anos Finais	Municipal	-	-	2,4	-	3,0	2,6	3,3	2,8	3,1	3,2	4,4	3,6	3,9	3,9	3,5	4,1	5,3	4,4	3,8	-		
	Ensino Médio	Estadual	2,2	-	3,0	2,3	1,7	2,4	3,9	2,7	4,0	3,1	4,1	3,5	3,8	3,7	-	4,0	-	4,3	4,3	-		
Bom Sucesso	Anos Iniciais	Municipal	3,4	-	3,3	3,5	3,9	3,8	4,2	-	4,5	4,7	4,8	4,9	5,1	5,5	5,4	5,4	5,5	-	-	-		
		Estadual	-	-	3,9	-	-	4,1	4,1	4,5	-	4,7	-	5,0	-	5,3	-	5,6	-	5,6	-	-		
	Anos Finais	Municipal	-	-	-	-	-	-	3,9	3,5	4,2	3,3	4,5	3,9	4,8	4,7	3,7	5,3	4,0	5,3	4,0	-		
	Ensino Médio	Estadual	2,3	-	2,5	2,3	3,4	2,5	3,0	2,7	4,0	3,1	3,5	3,5	4,7	3,7	4,8	4,0	4,9	4,0	4,9	4,0	-	
Brejo do Cruz	Anos Iniciais	Municipal	2,6	-	2,6	2,6	3,3	3,0	4,0	3,4	4,4	3,7	5,0	4,0	5,1	4,3	5,6	4,6	5,2	4,6	5,9	-	-	
		Estadual	-	-	3,2	-	2,8	3,4	3,7	3,7	-	4,0	3,0	4,3	-	4,6	-	4,9	-	4,9	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	-	-	2,5	-	3,1	2,6	3,4	2,8	3,3	3,1	4,4	3,4	4,7	3,7	4,8	4,0	4,9	4,0	5,1	-	-	
	Ensino Médio	Estadual	2,6	-	1,9	2,6	-	2,8	2,2	3,0	-	3,4	2,9	3,8	3,3	4,1	3,0	4,4	-	4,4	-	-	-	
Brejo dos Santos	Anos Iniciais	Municipal	2,5	-	3,1	2,5	3,7	2,8	4,6	3,2	4,7	3,5	4,0	3,8	4,3	4,1	4,8	4,4	4,8	4,4	4,8	4,4	-	
		Estadual	-	-	2,9	3,5	-	3,9	3,6	4,3	3,8	4,6	-	4,9	-	5,2	-	5,4	-	5,4	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	2,0	-	3,1	2,1	3,2	2,3	3,0	2,6	3,4	3,1	3,2	3,5	3,6	3,7	4,0	-	4,0	3,8	-	-	-	
	Ensino Médio	Estadual	1,7	-	1,8	1,7	2,6	2,0	2,7	2,4	3,8	2,9	2,7	3,3	3,2	3,6	3,5	3,8	-	3,8	3,6	-	-	
Catolé do Rocha	Anos Iniciais	Municipal	3,1	-	3,4	3,1	4,1	3,5	4,1	3,9	4,4	4,2	4,4	4,5	4,5	4,8	4,5	5,1	5,3	5,1	5,1	-	-	
		Estadual	-	-	3,9	3,5	4,5	3,8	5,1	4,2	4,5	4,5	4,7	4,8	5,3	5,1	5,5	5,4	5,9	5,4	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	2,9	-	3,2	2,9	3,4	3,1	3,4	3,4	3,2	3,8	3,0	4,1	3,2	4,4	3,7	4,7	5,0	4,7	4,6	-	-	
	Ensino Médio	Estadual	2,5	-	2,1	2,5	2,7	2,7	2,7	3,0	3,6	3,4	3,7	3,7	3,3	4,0	4,6	4,3	-	4,3	-	-	-	
Jericó	Anos Iniciais	Municipal	2,6	-	2,6	2,7	3,4	3,2	3,7	3,7	2,8	4,0	4,6	4,3	4,0	4,6	4,6	4,7	4,9	4,8	4,9	5,1	-	
		Estadual	-	-	2,9	3,0	-	3,3	-	3,7	-	4,0	-	4,3	-	4,6	-	4,9	-	4,9	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	-	-	2,5	-	2,7	2,7	3,7	2,9	3,2	3,6	3,6	3,5	3,9	3,5	4,1	-	4,1	3,6	-	-	-	
	Ensino Médio	Estadual	-	-	2,1	2,4	2,5	2,5	2,9	2,8	2,3	3,2	-	3,6	-	3,6	-	4,0	3,8	-	4,0	4,9	-	
Lagoa	Anos Iniciais	Municipal	-	-	-	-	2,7	-	3,7	2,9	3,4	3,2	4,2	4,3	4,7	4,8	4,9	4,7	4,8	4,9	5,1	-		
		Estadual	2,7	-	3,2	2,8	2,9	3,1	4,2	3,5	-	3,8	-	4,1	-	4,4	-	4,7	-	4,7	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,1	-	-	4,6	-		
	Ensino Médio	Estadual	2,2	-	3,2	2,2	4,1	2,4	3,1	2,7	3,1	3,1	3,3	3,5	3,8	3,9	4,1	-	4,6	3,8	-	4,0	3,4	-
Mato Grosso	Anos Iniciais	Municipal	2,7	-	2,5	2,7	3,2	3,1	3,5	3,5	3,9	3,8	-	4,1	-	4,1	-	4,7	-	4,7	-	5,1	-	
		Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0	-	4,1	3,2	-	3,4	4,6
	Anos Finais	Municipal	2,3	-	2,4	2,4	2,8	2,5	-	2,8	-	3,1	-	3,5	-	3,8	-	4,0	-	4,0	-	4,2	-	
	Ensino Médio	Estadual	2,3	-	2,4	2,4	2,8	2,5	-	2,8	-	3,1	-	3,5	-	3,8	-	4,0	-	4,0	-	4,2	-	
Riacho dos Cavalos	Anos Iniciais	Municipal	2,0	-	3,0	2,2	-	2,8	4,5	3,3	4,7	3,6	4,7	3,9	5,0	5,0	4,2	4,7	4,5	4,5	5,8	-		
		Estadual	-	-	3,5	3,0	3,4	3,3	3,9	3,7	-	4,0	-	4,3	-	4,6	-	4,9	-	4,9	-	-	-	
	Anos Finais	Municipal	-	-	-	-	3,1	-	2,2	3,3	-	3,6	4,4	3,9	4,3	4,2	4,2	4,4	5,1	4,4	4,0	-		
	Ensino Médio	Estadual	2,4	-	2,5	2,4	2,5	2,5	2,8	2,8	2,9	3,2	3,3	3,5	4,2	3,8	-	4,1	-	4,1	-	4,1	-	
São Bento	Anos Iniciais	Municipal	1,7	-	2,6	1,9	3,0	2,5	3,7	3,0	4,0	3,3	4,7	3,6	4,4	3,9	5,0	4,2	5,2	4,2	5,7	-		
		Estadual	-	-	3,8	2,7	3,9	3,0	4,2	3,4	5,0	3,7	5,0	4,0	4,7	4,3	4,9	-	4,6	-	4,6	-	-	-
	Anos Finais	Municipal	1,9	-	1,9	2,0	2,4	2,3	3,3	2,8	3,5	3,3	4,0	3,8	3,6	4,0	4,4	4,3	5,1	4,3	4,7	-		
	Ensino Médio	Estadual	2,7	-	2,9	2,7	2,7	2,9	3,6	3,2	4,3	3,6	4,4	3,9	3,6	4,2	3,9	4,5	-	4,5	4,2	-	-	
São José do Brejo do Cruz	Anos Iniciais	Municipal	2,6	-	3,5	2,6	3,8	3,0	4,4	3,4	3,9	3,6	4,6	3,9	5,1	4,2	4,7	4,5	5,6	4,5	-	-	-	
		Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Anos Finais	Municipal	2,6	-	2,4	2,7	2,9	2,8	3,6	3,1	4,0	3,4	4,1	3,8	3,8	4,1	4,6	4,4	5,5	4,4	4,3	-		
	Ensino Médio	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,2	-	4,0	3,4	-	3,6	4,5

Fonte: INEP (2025), dados compilados pelos autores

No âmbito da 8^a GRE) da Paraíba, os resultados do IDEB revelam variações entre os municípios e entre as escolas que compõem as diferentes redes de ensino. Essas diferenças sugerem a influência de múltiplos fatores, como condições de funcionamento das escolas, gestão, formação docente, contexto socioeconômico e práticas pedagógicas, que merecem ser investigados de forma sistemática.

Por fim, cabe ressaltar que esses resultados sintetizam as médias das notas obtidas pelos estudantes de uma mesma escola ou rede (municipal, estadual), o que pode mascarar situações críticas e/ou exitosas (Farias 2021). Como afirmam Mello e Bertagna (2020), olhar apenas para resultados em testes traz uma perspectiva limitada de educação de qualidade, não só em relação

ao próprio recorte, mas também ao reduzido número de unidades escolares que apresentam resultados elevados.

Mas por se tratar de um indicador que avalia tanto o desempenho dos alunos como, o fluxo escolar, o Ideb tem papel importante no monitoramento das metas de desempenho educacional estabelecidas (Valões *et al.*, 2020). Esses dados podem ser usados como ferramenta de rastreamento de boas práticas na educação e que podem ser adaptadas e aplicadas em outras realidades, contribuindo para a qualidade da educação. Contribuindo tanto para o debate acadêmico sobre avaliação em larga escala e qualidade da educação, quanto para a tomada de decisão de gestores, professores e demais atores educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos resultados do Ideb na 8^a Gerência Regional de Ensino da Paraíba evidenciam avanços importantes, mas também revelam desigualdades persistentes entre etapas, redes de ensino e municípios. De forma geral, os índices apresentaram crescimento contínuo e gradual ao longo das edições, indicando uma melhoria no desempenho e no fluxo escolar na educação básica da região. Confirmando o potencial do Ideb como instrumento de monitoramento das políticas educacionais e de acompanhamento das metas de qualidade estabelecidas para os municípios, estado e para o país.

Ao mesmo tempo, permanecem desigualdades significativas entre municípios, redes e etapas, com maior dificuldade de alcance das metas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o que evidencia a necessidade de políticas mais focalizadas e de análises locais mais aprofundadas. Os dados também mostraram que o período da pandemia de Covid-19 representou uma inflexão na série histórica de resultados, exigindo cautela nas comparações com anos anteriores e reforçando o peso das desigualdades socioeconômicas, estruturais e de gestão na capacidade de resposta das redes e escolas.

Dessa forma, os dados do Ideb sintetizem aspectos relevantes da qualidade da educação, como o desempenho em testes padronizados e o fluxo escolar, eles também podem mascarar realidades críticas e ocultar desigualdades internas, ao condensar em um único índice médias de redes e escolas com realidades muito distintas. Assim, ressaltamos a importância do Ideb como ferramenta de monitoramento e identificação de trajetórias de sucesso, quanto para o desafio de aprofundar investigações locais e construir estratégias que enfrentem as desigualdades estruturais que ainda marcam a educação na 8^a GRE da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H.E.; CODES, A.; UDERMAN, L. **O Ideb como instrumento de gestão para uma educação de qualidade – a educação brasileira vista pelas lentes do Ideb.** Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2474). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/c4dcad91-d2a3-4c79-b2a5-3e7776fd4b65/content>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 116/2022. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf Acesso em: 19 nov. 2025.

BRITO, K.R.L.A.; CONCEIÇÃO, S. Avaliação em larga escala: um breve histórico das políticas avaliativas no sistema educacional brasileiro. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e4112 [S.d.], 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n1-048. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4112>. Acesso em: 19 nov. 2025.

COELHO, M.I.M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de São Bento, estado da Paraíba.** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos** – Cebrap, [S. l.], n. 88, p. 153-179, [S. d.]. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300009>

FARIAS, D.F. Avaliação externa: uma análise do Ideb e dos índices de proficiência nas escolas estaduais do ensino médio do Piemonte Norte do Itapicuru. **Estudos IAT**, Salvador, v.6, n.1, p. 84-105, jun. 2021.

FREITAS, D.N.T. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. **Cadernos De Pesquisa**, [S. l.], v. 34, n. 123, p. 663–689, [S. d.]. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000300008>

GARCIA, P.S.; PREARO, L.C.; ROMERO, M.C.; SECCO, A.; BASSI, M.S. Desempenho escolar: uma análise do IDEB dos municípios da região do ABC. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 95–114, [S. d.]. 2016. DOI: 10.14244/198271991365. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1365>. Acesso em: 22 nov. 2025.

GOMES, T.R.A. **Mais de três décadas das avaliações externas da educação básica no Brasil**: avanços e perspectivas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados do Brasil**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Histórico**. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota informativa do IDEB 2021**. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota informativa do IDEB 2023**. 2023.

https://download.inep.gov.br/ideb/nota_informativa_ideb_2023.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

LALLI, M.E.D.L.; NODA, M.; RUCKSTADTER, F.M.M. As diferenças de classes: uma reflexão sobre as avaliações externas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas - SP, v. 23, p.1-17, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670493. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670493>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LEMOS, D.F.; SOLIGO, V. Da gênese à consolidação dos testes padronizados no Brasil: o sistema de avaliação da educação básica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 41, p. 747-772, out./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i41.3522>

MACHADO, A.S.R.C.; ARAUJO, C.V.B. Um olhar sobre o Ideb das escolas da rede estadual de ensino do município de Borba-AM. In: CONEDU - Políticas Públicas de Educação, 8, 2022, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91472>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MELLO, L. R.; BERTAGNA, R. H. Tensões do SAEB e do IDEB para a educação de qualidade como direito. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 58, n. 58, [S. d.]. 2020. DOI: 10.21680/1981-1802.2020v58n58ID20950. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20950>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SÁ FILHO, P.; LOPES, R.V.N.; CASTIONI, R. Um case de sucesso no Ideb: afinal de quem é a culpa? **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas - TO - v.10, n.15. p. 1-13, [S.d.J. 2023.

SEEPB - Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. **Anexo II – Quadro demonstrativo por macrorregião, gerência regional de ensino e municípios vinculados**. Disponível em: [https://appcentral.centraldecompras.pb.gov.br/appsls/sgc/sgc_anexos16.nsf/B197C09DB141D88603258B0400073B22/\\$file/ANEXO%20II%20-20QUADRO%20DEMONSTRATIVO%20POR%20MACRORREGI%C3%83O,%20GER%C3%83ANCIA%20REGIONAL%20DE%20ENSINO%20E%20MUNIC%C3%83DPIOS%20VINCULADOS.pdf](https://appcentral.centraldecompras.pb.gov.br/appsls/sgc/sgc_anexos16.nsf/B197C09DB141D88603258B0400073B22/$file/ANEXO%20II%20-20QUADRO%20DEMONSTRATIVO%20POR%20MACRORREGI%C3%83O,%20GER%C3%83ANCIA%20REGIONAL%20DE%20ENSINO%20E%20MUNIC%C3%83DPIOS%20VINCULADOS.pdf). Acesso em: 19 nov. 2025.

SILVA, M.X.G.; LOPES, S.F.; PEREIRA, D.S. Que indicadores influenciam na qualidade da educação da Paraíba?. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.J, v. 8, n. 10, p. 66943–66959, [S. d.J. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-141. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53058>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SOUZA, E.C.; RAMOS, M.D.P. Prova Brasil, Ideb e escolas rurais do Território do Piemonte da Diamantina, Bahia: regulação do trabalho docente na educação rural. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 104–119, [S. d.J. 2018. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2018.v27.n53.p104-119. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/5664>. Acesso em: 22 nov. 2025.

VALÕES, J.L.; RIBEIRO, M.J.F.; ALMEIDA, E.A.; CAVALCANTI, M. C.M. Reflexões sobre o IDEB, ensino médio integrado e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Revista Principia**, [S. l.J, v. 1, n. 49, p. 11–22, [S. l.J. 2020. DOI: 10.18265/1517-03062015v1n49p11-22. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/3848>. Acesso em: 22 nov. 2025.

WERLE, F.O.C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011